

RECURSO ESPECIAL Nº 1.719.949 - SP (2017/0328001-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : SUPERMERCADO NOVO CUCA DE PRAIA GRANDE LTDA
ADVOGADO : CLÁUDIO LUIZ URSINI - SP154908
RECORRIDO : ROSEMEIRE ANDRADE LIMA
ADVOGADO : VALDEMAR FLORENTINO DOS SANTOS - SP127452
INTERES. : YASUDA SEGUROS S/A

EMENTA

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. FALTA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL PERTINENTE. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284 DO STF, POR ANALOGIA. SUBSISTENTE O FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO PARA NEGAR APLICAÇÃO AO ART. 1.007, § 4º, DO NCPC. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

ROSEMEIRE ANDRADE LIMA (ROSEMEIRE) ajuizou ação indenizatória contra SUPERMERCADO NOVO CUCA DE PRAIA GRANDE LTDA. (SUPERMERCADO), objetivando a condenação deste ao pagamento de pensão mensal e reparação por danos morais decorrente de acidente que vitimou seu filho menor Jailson Wesly andrade de Lima.

O Juízo de Piso julgou parcialmente procedentes os pedidos para condenar o SUPERMERCADO a) ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 65.400,00 (sessenta e cinco mil e quatrocentos reais), corrigidos monetariamente a partir da sentença e acrescidos de juros de mora desde a data do evento danoso; e, b) ao pagamento de pensão mensal no valor unitário de dois terços do salário mínimo vigente à data do pagamento, a partir da data em que a vítima completaria quatorze anos de idade e até quando completasse vinte e cinco anos, gratificação natalina inclusive.

As partes apelaram.

O Tribunal de origem não conheceu da apelação interposta pelo SUPERMERCADO e deu parcial provimento ao recurso de ROSEMEIRE, em acórdão assim ementado:

Processual. Apelação interposta na vigência do CPC/73, acompanhada do comprovante de recolhimento do preparo mas com omissão da ré-apelante no tocante à juntada das guias

quitadas quanto aos portes de remessa e retorno. Hipótese de efetiva Inexistência do recolhimento, nesse particular, não de insuficiência. Descabimento de oportunidade para a complementação, nos termos do art. 511, § 2º, do CPC/73. Deserção reconhecida, a teor do art. 511, caput, daquele diploma legal. Apelação da ré não conhecida.

Responsabilidade civil. Acidente de trânsito. Vitima fatal menor de idade, com 5 anos. Demanda indenizatória ajuizada pela genitora contra a pessoa jurídica proprietária do veículo e empregadora do condutor. Deferimento do pagamento de pensão considerando a perspectiva de atividade laborativa pela vitima e auxílio à mãe, entre os 14 e os 25 anos. Recurso da autora para estender a obrigação até os 65 anos projetados da vítima. Descabimento. Fixação em si da verba, para casos em que a vitima nem sequer trabalhava ou podia fazê-lo no momento do óbito, descabida no entender do Relator. Ausência nesse caso de lucros cessantes. Consolidação do entendimento afirmativo, inclusive com enunciado sumular (Súmula nº 491 do STF, editada em 1969), inserida em momento histórico peculiar, em que não difundida a reparabilidade do dano moral. Admissão dessa hipótese, nos dias atuais, que não mais autoriza a figura compensatória e ficcional do auxílio material futuro. Pensão mantida, por isso, no patamar em que fixada, à mingua de recurso admissível da ré. Indenização por dano moral igualmente mantida no valor arbitrado (120 salários mínimos), tendo em vista as peculiaridades do acidente e a contribuição da vítima. Honorários advocatícios ampliados, para incidir também sobre a parcela relativa à condenação por dano moral. Apelação da autora parcialmente provida, apenas para tal fim (e-STJ, fl. 405).

Inconformado, O supermercado interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a*, da CF, sustentando violação dos arts. 4º, 7º, 8º, 932, parágrafo único, 1.007, § 4º, e 1.013, § 1º, todos do NCPC, por entender que (1) não seria caso de retroatividade, mas de aplicação imediata de Lei Processual, uma vez que o julgamento ocorreu sob a vigência do NCPC, razão pela qual as determinações dessa nova legislação deveriam pautar as eventuais questões processuais que se apresentassem para o deslinde da demanda, como, por exemplo, a necessidade de intimação para a complementação do preparo incompleto. Subsidiariamente, (2) requereu a aplicação do art. 1.007, § 4º, do NCPC, para efeito de admissibilidade da apelação, destacando que recolheu, quando da interposição do recurso especial, as despesas de porte de remessa e retorno, em dobro.

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas (e-STJ, fls. 447/450).

O apelo nobre foi admitido na origem (e-STJ, fls. 452/453).

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da aplicação imediata do NCPC

Nas razões do apelo especial, o SUPERMERCADO alegou que não seria caso de retroatividade, mas de aplicação imediata de Lei Processual, uma vez que o julgamento ocorreu sob a vigência do NCPC, razão pela qual as determinações dessa nova legislação deveriam pautar as eventuais questões processuais que se apresentassem para o deslinde da demanda, como, por exemplo, a necessidade de intimação para a complementação do preparo incompleto, indicando por violado o art. 1.007, § 4º, do NCPC, que dispõe:

Art. 1.007. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

[...]

§ 4º O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção.

O Tribunal de origem, quanto ao ponto, consignou que:

Descumpriu a ré, por tudo, a regra do art. 511, caput, do CPC/73, ante o que de rigor o decreto de deserção, sem que se faça pertinente no caso a concessão de oportunidade para regularização prevista no art. 1.007, § 4º, do CPC/15: o dispositivo se destina apenas a recursos interpostos após sua vigência, quando a falta de recolhimento num primeiro momento dos portes de remessa e retorno dos autos não mais determina um efeito peremptório. Na vigência do Código anterior, como já dito, a omissão dos portes de remessa e retorno era causa de consumação desde logo da deserção, como se tem no caso em exame, e a nova lei não poderia em tal sentido retroagir para atingir atos passados e requalificá-los, desconsiderando situações processuais já consolidadas (e-STJ, fl. 410).

Como se vê, o dispositivo legal não é pertinente para afastar a conclusão do Tribunal de origem de que ele se destina apenas a recursos interpostos após

a vigência do NCPC, porque não trata de direito intertemporal ou da aplicação da lei no tempo.

Assim, se o fundamento do acórdão recorrido para afastar a incidência do art. 1.007, § 4º, do NCPC foi o de que ele não estaria vigente no momento da abertura do prazo recursal, deveria o SUPERMERCADO ter indicado ofensa a dispositivo legal que autorizasse sua aplicação ao caso concreto, o que não ocorreu.

Nesses termos, tratando-se de dispositivo legal insuficiente para desconstituir o acórdão recorrido, incide a Súmula nº 284 do STF.

Com relação aos arts. 4º, 7º, 8º, 932, parágrafo único, e 1.013, § 1º, todos do NCPC, verifica-se que alegação de ofensa a esses dispositivos legais foi apresentada de forma genérica, o que atrai, mais uma vez, a incidência da Súmula nº 284 do STF.

(2) Da aplicação do art. 1.007, § 4º, do NCPC

Conforme destacado no item anterior, o Tribunal de origem indicou fundamento para afastar a aplicação do dispositivo legal em comento que não foi desconstituído pelas razões do recurso especial. Assim, se referido fundamento subsiste, fica prejudicada a pretensão recursal na parte em que postulada a incidência do art. 1.007, § 4º, do NCPC.

Ainda que assim não fosse, o Plenário desta Corte decidiu que *aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça* (Enunciado Administrativo n. 2).

Assim sendo, o entendimento do Tribunal de origem de que o dispositivo legal em comento se destina apenas aos recursos interpostos após a sua vigência está em conformidade com a jurisprudência desta Corte.

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

MAJORO em 5% o valor dos honorários advocatícios fixados em desfavor do SUPERMERCADO, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator